

O Turismo em Territórios de Baixa e Alta Densidade: a Perspetiva dos Residentes do Centro de Portugal

Tourism in Low- and High-Density Territories: the Perspectives of Residents from Centro de Portugal

Mariana Vieira

mariana.r.vieira@ipleiria.pt

CiTUR-Polytechnic University of Leiria, Portugal/Projeto FAST-Agenda ATT-PRR

Francisco Dias

francisco.dias@ipleiria.pt

CiTUR-Polytechnic University of Leiria, Portugal/Projeto FAST-Agenda ATT-PRR

Gonçalo Gomes

goncalo.gomes@turismodocentro.pt

Núcleo de Apoio ao Investimento Turístico, Entidade Regional Turismo Centro de Portugal

Resumo

A população local desempenha um papel fundamental na gestão sustentável e responsável do turismo. O objetivo deste estudo é compreender as perspetivas dos residentes de territórios de baixa densidade (TBD) do Centro de Portugal, relativamente aos impactos e benefícios do turismo no desenvolvimento local. Com base num questionário online dirigido aos residentes do Centro de Portugal (amostra de 418 inquiridos) foram comparadas as avaliações de 244 residentes de TBD e de 174 residentes de territórios de alta densidade (TAD). Os dados revelam que os inquiridos de TBD atribuem melhor ponderação aos impactos positivos do turismo, bem como a vários aspetos associados ao turismo sustentável e regenerativo. Em contrapartida, os inquiridos de TAD são mais sensíveis às consequências negativas do turismo.

Palavras-Chave: Produto Endógeno; Territórios de Baixa Densidade; Desenvolvimento Local; Residentes; Turismo Regenerativo

Código JEL: Q01, R23, R58, Z32

Abstract

The local population plays a key role in the sustainable and responsible management of tourism. The aim of this study is to understand the perspectives of residents of low-density territories (TBD) in the Centro de Portugal regarding the impacts and benefits of tourism on local development. Based on an online questionnaire addressed to the residents of the Centro de Portugal (a sample of 418 respondents), the ratings of 244 TBD residents and 174 residents of high-density territories (TAD) were compared. The data shows that respondents from TBD give more consideration to the positive impacts of tourism, as well as various aspects associated with sustainable and regenerative tourism. On the other hand, TAD respondents are more sensitive to the negative consequences of tourism.

Keywords: Endogenous Product; Low Density Territories; Local Development; Residents; Regenerative Tourism

JEL Code: Q01, R23, R58, Z32

1. INTRODUÇÃO

O turismo “é uma atividade de pessoas para pessoas”, em que as relações humanas e o genuíno interesse de comunhão é reconhecido pelos visitantes (Turismo de Portugal, 2017, p.47). Por isso, a comunidade residente tem um papel essencial na arte de “Receber bem”, pois esta atitude, além de diferenciadora, contribui para atrair mais fluxos turísticos para Portugal. Os comportamentos e as ações dos residentes em relação à atividade turística e aos turistas, assumem uma particular importância, sendo um excelente veículo de transmissão da cultura e da identidade do povo português. Aliás, o envolvimento e a interação social da comunidade nas atividades turísticas evidenciam um maior entendimento por parte do turista quanto à cultura dos residentes, tornando assim mais memorável a viagem (Kim, 2014). Pensar o desenvolvimento e a competitividade de um destino, implica considerar, tanto as expectativas dos turistas, como o bem-estar dos residentes e a sustentabilidade dos recursos (Kovačić *et al.*, 2024). Quando participam nos processos de tomada de decisão, os residentes adotam atitudes mais favoráveis em relação ao desenvolvimento do turismo (Easterling, 2004; Reis *et al.*, 2024). A indústria turística tem potencial para revitalizar e dinamizar do ponto de vista físico, económico e social as comunidades de áreas mais desfavorecidas, especialmente as rurais, com baixa densidade (BD) e maioritariamente localizadas no interior do país (Silva, 2013).

O Centro de Portugal foi a região selecionada para este estudo, devido à sua diversidade, quer em termos demográficos, quer em termos de produtos turísticos. Por um lado, ao considerar a localização estratégica desta NUT II, que se estende desde a costa atlântica até à fronteira com a Espanha, encontram-se municípios com distintas características e acentuadas variações de densidade populacional, isto é, embora os TBD predominem na faixa oriental e os TAD sejam maioritários na faixa litoral. Por outro lado, o turismo no Centro de Portugal caracteriza-se pelo seu potencial para uma miríade de produtos turísticos, dada a diversidade do seu património, como por exemplo a gastronomia, a religião, a natureza, a cultura, os vinhos, os centros históricos, as aldeias, etc. (Observatório do Turismo Sustentável do Centro de Portugal, 2025). Neste sentido, visa-se compreender quais as perspetivas da comunidade residente nos TBD desta região, em relação ao contributo do turismo para o desenvolvimento regional. Pretende-se identificar os pontos de vista destes residentes quanto ao potencial do turismo na valorização dos produtos endógenos.

Assim sendo, foi divulgado um questionário online às freguesias dos 100 municípios do Centro de Portugal para compreender que impactos e benefícios o turismo tem sobre os residentes. Este estudo aprofunda a visão dos residentes quanto aos efeitos e contributos do turismo na região Centro, com o objetivo de promover um desenvolvimento regional mais sustentável. Os dados obtidos contribuem para uma melhor compreensão sobre a posição atual dos residentes, e as assimetrias existentes entre a perceção dos inquiridos em TBD e em TAD, quanto aos impactos do turismo no bem-estar das comunidades. Este estudo revela-se particularmente útil e vantajoso para os gestores de destinos, permitindo-lhes obter uma visão abrangente e holística das perceções dos residentes sobre o que é essencial para o desenvolvimento turístico sustentável.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Turismo como fator de desenvolvimento regional

O conceito de desenvolvimento é recorrentemente utilizado para descrever evoluções e melhorias no modo de vida da população, podendo esta evolução assumir inúmeras formas e ocorrer em qualquer parte no mundo (Qureshi, 2019). De facto, a sua análise pode abranger diversas dimensões e escalas variáveis, tais como: regional, nacional, global, local (Willis, 2011). O desenvolvimento regional constitui um processo contínuo, dinâmico e complexo, envolvendo diferentes fatores, sendo, por conseguinte, um conceito multi- e interdisciplinar (Oliveira, 2021). Não existe uma noção fixa ou universal de desenvolvimento regional. Segundo Capello e Nijikamp (2009), há uma dinâmica espaço/temporal complexa das regiões, que influencia desenvolvimento. Minnes e Vodden (2019) descrevem o desenvolvimento regional como uma intervenção planeada e organizada, através de um conjunto de políticas, programas e projetos que visam alcançar objetivos económicos,

sociais, ambientais e culturais, e que contribuem para a melhoria do bem-estar e prosperidade das comunidades e regiões.

Para que o desenvolvimento de uma região seja bem-sucedido, é necessário compreender as narrativas identitárias regionais (Piffer *et al.*, 2006), ou seja, a identidade cultural, a história, os valores, as práticas e as tradições locais. Verifica-se que o desenvolvimento regional deve estar em harmonia e intrinsecamente relacionado com as características étnicas e históricas da região, que moldam a sua identidade cultural (Kashimoto *et al.*, 2002). Estas particularidades são essenciais para a implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento regional, nos domínios económico, social e cultural. Uma das políticas utilizadas neste contexto de desenvolvimento regional é designada ‘Bottom-Up’. Esta abordagem centra-se num desenvolvimento integrado, focado na mobilização dos recursos locais e nas vantagens competitivas que são localmente geridas e exploradas (Pike *et al.*, 2006). Estas políticas de desenvolvimento visam estimular o potencial da região, favorecendo as vantagens competitivas e a participação dos agentes locais e da comunidade residente, na aplicação e gestão de estratégias de desenvolvimento.

Devido à globalização, coloca-se em causa a preservação da autenticidade e da cultura regional, onde o paradigma da produção em massa é pouco flexível e muito especializado (Ascani *et al.*, 2012). Em contraste, o desenvolvimento regional valoriza as singularidades regionais, adotando processos de diferenciação que tiram partido daquilo que é único em cada região (Oliveira, 2021).

A indústria turística tem-se revelado um importante motor do desenvolvimento regional (Nascimento *et al.*, 2014). Há evidências empíricas do contributo essencial da indústria turística para o desenvolvimento regional dos territórios (Vareiro & Ribeiro, 2007). O turismo é um meio adequado para explorar e comercializar os produtos locais, promovendo um desenvolvimento sustentável dos territórios, com o objetivo de combater o declínio económico-social e criar fatores de competitividade (Cabo *et al.*, 2020).

2.1.1 O contributo do turismo para os territórios

O turismo constitui uma das melhores atividades para valorizar os recursos endógenos (Carvalho, 2020). Consequentemente, os gestores dos destinos devem apoiar as práticas turísticas catalisadoras do desenvolvimento dos seus territórios (Ramos, 2019). Além do mais, as atividades turísticas são tendencialmente baseadas “em fatores endógenos, representativos dos locais e glorificadores dos valores e tradições próprias”, que evidenciam a singularidade do destino (Ramos, 2019, p.29). Neste sentido, o desenvolvimento turístico de uma região depende das suas especificidades e da importância que lhes são conferidas nas estratégias de desenvolvimento (Carvalho, 2020; Ribeiro *et al.*, 2005).

É, pois, essencial que cada a região aposte na inovação das atividades turísticas, desenvolva parcerias estratégicas e tire proveito do potencial dos produtos endógenos, enquanto procura preservar, revitalizar, conservar e valorizar o património cultural e natural (Vareiro & Ribeiro, 2007). Além disso, o desenvolvimento turístico regional não deverá focar-se num só produto, mas sim diferenciar-se em relação a destinos concorrentes. A diversificação de produtos turísticos revela-se uma vantagem comparativa para os destinos, que leva ao aumento da sua competitividade, permitindo maior personalização das experiências e capacidade para acompanhar os desejos dos turistas (Benur & Bramwell, 2015).

2.1.2 O turismo sustentável e regenerativo como contributo para o desenvolvimento local

As comunidades locais são um dos principais intervenientes das atividades turísticas, pelo que “(...) têm de estar diretamente envolvidas na redefinição e reestruturação do desenvolvimento turístico” (Duxbury *et al.*, 2020, p.110). É muito importante que haja um contínuo envolvimento e participação dos residentes locais nos processos decisórios, na gestão sustentável dos recursos endógenos, na promoção de experiências autênticas e na preservação do património cultural (Duxbury *et al.*, 2021; Kovačić *et al.*, 2024). Além disso, quando envolvidos no planeamento e na gestão das atividades turísticas, os residentes conseguem assegurar que o desenvolvimento turístico

na sua região atenda às suas necessidades e desejos (Easterling, 2004), aumentando o seu bem-estar (Rivera *et al.*, 2016, p.7).

O recente paradigma de “*turismo regenerativo*”, surgido na sequência da pandemia de Covid-19, traduz-se numa reorientação das motivações e intenções dos turistas, em favor de destinos rurais e distantes das áreas urbanas. É uma mudança que pode ser “utilizada para promover a sustentabilidade local e a regeneração nas pequenas comunidades” (Duxbury *et al.*, 2021, p.15). Na perspetiva do turismo regenerativo, as atividades turísticas têm potencial para desenvolver as “competências dos locais, das comunidades e dos seus hóspedes”, de forma harmoniosa e interligada (Bellato *et al.*, 2023, p.2). O crescente interesse pelo turismo rural oferece uma oportunidade única para a revalorização de patrimónios locais (Soares & Dias, 2024). Na visão do turismo regenerativo, “criam-se ligações e desenvolvem-se relações recíprocas e mutuamente benéficas através de práticas e experiências de viagem, que refletem a forma única dos locais turísticos” (Bellato *et al.*, 2023, p.17).

Turismo sustentável e turismo regenerativo são abordagens interdependentes que visam satisfazer as necessidades dos consumidores atuais, sem pôr em causa o bem-estar das futuras gerações. No entanto, a perspetiva do turismo regenerativo vai mais além: não se trata apenas de minimizar impactos negativos das atividades turísticas, mas também de criar ligações positivas entre todos os stakeholders (Bellato *et al.*, 2023), de modo a contribuir favoravelmente para a regeneração dinâmica das “comunidades, das culturas, do património, dos lugares, etc.” (Duxbury *et al.*, 2021, p.3). O turismo regenerativo procura “beneficiar o todo sem prejuízo das partes” (Duxbury *et al.*, 2020, p.110), fomentando a escolha de opções mais conscientes, sustentáveis e responsáveis, que beneficiem o todo. As práticas de gestão inclusivas e participativas são fundamentais para o sucesso do turismo regenerativo. É necessário que as políticas de turismo sustentável incorporem as dimensões sociais e económicas, garantindo a inclusão das comunidades nos processos decisórios (Cordeiro & Körössy, 2018). A aplicação desses conceitos pode ser observada em diversas iniciativas que evidenciam o papel do turismo rural na promoção de desenvolvimento sustentável em interação com os stakeholders locais (Eusébio *et al.*, 2014).

Atualmente, os turistas valorizam o que é autêntico, as experiências e tradições que transmitem a cultura do destino (Ramos, 2019). Para isso, a comunidade dispõe de conhecimentos exclusivos, valores e tradições, bem como de competências e bens patrimoniais únicos, que possibilitam a criação de experiências memoráveis e autênticas (Sapkota *et al.*, 2024).

Em suma, o envolvimento da comunidade na tomada de decisões, no planeamento e na gestão do destino influencia favoravelmente as atitudes dos residentes, além de promover o desenvolvimento turístico sustentável (Easterling, 2004). Estes factos devem ser um incentivo aos gestores de destinos na redefinição das suas estratégias, focando-as na cooperação entre todos os stakeholders e na valorização dos recursos endógenos, promovendo e reforçando assim a identidade da sua região. A colaboração entre todos possibilita a troca de conhecimentos, uma maior divulgação da imagem do destino e a criação de sinergias que impulsionam o desenvolvimento holístico e sustentável do território (Reis *et al.*, 2024).

2.2. A aposta nos produtos endógenos como estratégia de desenvolvimento

Alguns autores definem produto endógenos como: “*aqueles que são originários da própria região, constituindo o fator de diferenciação e que podem originar em seu torno uma organização e criação de atividades e produtos turísticos*” (Nascimento *et al.*, 2014, p.36). Por seu turno, Barroco e Augusto, (2016, p.26) referem que “*os produtos endógenos, (...) são detentores de características particulares no que se refere à sua origem geográfica, à natureza das matérias-primas utilizadas na sua produção e ao uso de determinado processo particular de produção/trans formação. Normalmente, são produtos sazonais e possuem características que fazem deles especiais, únicos e diferentes ao refletirem a riqueza cultural das regiões onde são produzidos*”. Moura *et al.*, (2025, p.5) acrescentam que “*os produtos endógenos têm origem numa região geográfica específica e estão estreitamente relacionados aos seus recursos naturais, tradições e práticas culturais*”.

Os produtos endógenos podem ser caracterizados em função dos seguintes parâmetros: (a) origem geográfica; (b) natureza e qualidade das matérias-primas utilizadas; (c) técnicas, conhecimento e processo de produção/ transformação; (d) costumes e tradições locais característicos da região (Rodrigues, 2021; Baptista *et al.*, 2008; Gonda *et al.*, 2021). O produto endógeno é,

portanto, único, diferenciador e especial, pois é capaz de aproximar e conectar o produtor, a comunidade residente e os visitantes de uma região.

De certo modo, são produtos que “refletem as características intrínsecas e distintivas do destino/território” (Turismo de Portugal, 2017, p.46), como é o caso das tradições, das técnicas e dos conhecimentos que são desenvolvidos e transmitidos ao longo de gerações entre a população local. Além disso, quanto mais estes produtos são distinguidos e promovidos, mais valorizada é a cultura e a identidade da região (Pato & Scherer, 2023). Aliás, a melhoria das condições de vida da população residente em áreas menos desenvolvidas, é impulsionada pela diversificação e utilização dos seus recursos endógenos (Jóia & Carvalho, 2012).

Quando bem geridos, os produtos endógenos possibilitam: (a) “criação e retenção de emprego”; (b) “manutenção, preservação e revitalização das tradições”; (c) “criação e exploração de um espaço rural viável”; (d) “diversificação da oferta turística” (Gonda *et al.*, 2021, p.93). Compreende-se que a criação e o usufruto dos produtos endógenos favorecem as economias regionais, criando oportunidades de negócios e fontes de rendimento da comunidade (Ramos, 2019). Adicionalmente, o consumo de produtos endógenos é benéfico para o meio ambiente, porque reduz as importações e a pegada de carbono dos transportes. Culturalmente, os produtos endógenos preservam e revitalizam as tradições, os conhecimentos e as técnicas utilizadas pela comunidade, contribuindo para a valorização da identidade local e a coesão territorial (Pato & Scherer, 2023). Numa perspetiva social, verifica-se um contributo na melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

Para que os destinos turísticos alcancem um desenvolvimento sustentável, regenerativo e competitivo, deverá haver uma maior preocupação com a preservação dos recursos endógenos, mas também com a salvaguarda dos restantes recursos e infraestruturas de suporte (Ritchie & Crouch, 2003). Não esquecendo que, quando o consumidor escolhe produtos regionais, este facto tem um forte impacto na produção local e no apoio à sustentabilidade da população residente (Rodrigues, 2021). Um destino é bem-sucedido quando há uma combinação ótima entre satisfação dos turistas, qualidade de vida dos residentes e sustentabilidade dos recursos, no âmbito da preservação e conservação dos recursos naturais e culturais (Kovačić *et al.*, 2024).

2.3. Modos de valorização de produtos endógenos

No contexto da salvaguarda e valorização dos produtos endógenos, merecem especial destaque quatro elementos que podem ser utilizados em sinergia e/ou complementaridade: a certificação de produtos regionais, as rotas turísticas, os eventos de promoção de produtos endógenos e o turismo criativo.

A certificação dos produtos de origem representa um reconhecimento importante, tanto para o produtor como para o consumidor, da qualidade dos produtos endógenos (Duque *et al.*, 2023). Os produtos certificados além de fidelizarem os consumidores, também acrescentam “um valor intrínseco ao produto” (Duque *et al.*, 2023, p.304). Assim, o produto endógeno certificado é valorizado como um elemento-chave diferenciador e distintivo de uma região, reforçando a competitividade, bem como o desenvolvimento turístico e o marketing do destino. Os turistas procuram estes produtos, porque não só detêm uma qualidade acrescida como promovem atividades turísticas sustentáveis (Duque *et al.*, 2023), proporcionando-lhes mais satisfação e benefícios ao nível do bem-estar físico e mental (Jiang *et al.*, 2025).

As rotas turísticas são um bom instrumento de dinamização dos territórios. Os turistas têm a possibilidade, não só de conhecer e explorar as localidades, como também aprender formas de confeção tradicionais e apreciar o valor dos produtos endógenos (Barroco & Amaro, 2023). A título de exemplo, as rotas gastronómicas “permitem aos territórios promover a interação direta entre visitantes e a comunidade local, a partir de experiências e atividades relacionadas com os produtos certificados” (Duque *et al.*, 2023, p.306).

Os eventos de promoção de produtos endógenos são verdadeiras atrações no mercado turístico e contribuem positivamente para a atração de visitantes. São disso exemplo os mercados de produtores locais, as feiras regionais, os festivais, as exposições de artesanato, etc. (Lee *et al.*, 2017). Ao participarem nestes eventos, os turistas vivenciam um sem-número de experiências relacionadas com a gastronomia local, as tradições, a arquitetura local, exposições de arte, etc., podendo também

envolver-se em atividades criativas, como é o caso dos workshops de artesanato, arte popular, design, música, etc. (Li & Kovacs, 2022).

O turismo criativo pode ser considerado um elemento regenerativo, pois utiliza as atividades turísticas como uma ferramenta eficaz para a sustentabilidade, recuperação e bem-estar da comunidade local. O turismo criativo “contribui para a preservação do património cultural e revitaliza as artes, os ofícios e as tradições” (Duxbury *et al.*, 2021, p.15). Nestas iniciativas, é essencial que as comunidades estejam ativamente envolvidas no planeamento e na tomada de decisões quanto à exploração das atividades turísticas para o desenvolvimento local, preservação do património e promoção cultural (Duxbury *et al.*, 2021).

3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

O conceito de TBD ainda não tem muita fundamentação teórica. Aliás, em Portugal, não existe uma definição legal para esta noção. A Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030 (2023), distingue TBD com base em dois critérios: (a) a densidade populacional - relação entre o número de habitantes de uma determinada área territorial e a sua respetiva superfície, em quilómetro quadrado (INE, 2003), e (b) o rendimento per capita de cada concelho.

Segundo o programa Portugal 2020 (Deliberação nº55/2015) foi adotado um procedimento multicritério “que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e as acessibilidades” para avaliar quais são os municípios de BD (Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, 2015, p.1).

Em Portugal Continental, os destinos do litoral (o Algarve, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e faixa costeira ocidental), são as principais áreas de captação turística, onde o turismo já se encontra bastante desenvolvido (Reis & Baltazar, 2019). No polo oposto, a maioria dos municípios do interior estão em TBD, caracteristicamente de perfil rural e/ou de montanha e baixo nível de desenvolvimento turístico (Rei & Baltazar, 2019), sofrendo de crónico despovoamento e envelhecimento da população, e de reduzidos rendimentos e níveis de educação (Reis & Baltazar, 2019; Carneiro & Eusébio, 2015). Acredita-se que a aposta em novos serviços e produtos turísticos de valor pode oferecer a estes territórios a oportunidade de progredirem de forma sustentável. Reconhece-se que, no interior, a oferta e a procura turística têm uma insuficiente articulação e organização, embora se verifiquem esforços conjuntos para a integração destes territórios em estratégias e programas de desenvolvimento territorial (Reis & Baltazar, 2019). Tendo em consideração algumas das limitações de desenvolvimento dos TBD, o turismo é entendido como instrumento de coesão territorial, isto é, um veículo para incentivar a população à permanência (Reis & Baltazar, 2019), para gerar mais empregos e receitas (Benaraba *et al.*, 2022), para reduzir desigualdades de rendimentos e para combater a pobreza (Zhang *et al.*, 2023), estimulando a expansão de outras atividades socioeconómicas (Khan *et al.*, 2020) e de melhoria da qualidade de vida da comunidade local (Carneiro & Eusébio, 2015). As atividades turísticas nos TBD impulsionam a valorização do património local (natural ou construído) e invocam uma visão de sustentabilidade e conservação, propiciando experiências turísticas personalizadas de valor acrescentado com base em estratégias que envolvem todos os stakeholders (Silva & Lopes, 2020).

3.1. Contexto na região Centro de Portugal

A região Centro de Portugal é constituída por 8 sub-regiões (Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Oeste e Médio Tejo) e por um total de 100 municípios (Figura 1) (Observatório do Turismo Sustentável do Centro de Portugal, 2025).

Figura 1. Sub-regiões da região Centro de Portugal



Fonte: Accessible Portugal, 2024

No programa Portugal 2030 (Deliberação n.º 31/2023/PL), foram utilizadas as mesmas diretrizes do Programa 2020. Em resultado, foram identificados um total de 165 municípios em TBD, dos quais 60 pertencem à região Centro, além de 20 freguesias de BD que estão integradas em 7 municípios de Alta Densidade (AD) da região Centro (Quadro 1). Consta-se que as Comunidades Intermunicipais (CIM) da Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela têm todos os seus concelhos com BD. A Região Viseu Dão Lafões está numa situação semelhante, com exceção do município de Viseu que é de AD. Dos 19 concelhos da Região de Coimbra, mais de metade (12) têm BD. A Região de Leiria tem pelo menos 5 municípios de BD. A CIM Médio Tejo tem um total de 11 concelhos, dos quais 6 são de BD. A Região Oeste não tem qualquer município de BD, demonstrando assim um forte posicionamento do número de população residente no território da região. A Região de Aveiro surge também com uma distribuição uniforme de concelhos com AD, sendo Sever do Vouga o único concelho de BD.

Quadro 1: Territórios de Baixa Densidade da região Centro

| CIM | CIM com todos os seus municípios em territórios BD | |
|---------------------------------------|--|---|
| Beira Baixa (8) | Castelo Branco; Idanha-a-Nova; Oleiros; Penamacor; Proença-a-Nova; Sertã; Vila de Rei; Vila Velha de Ródão | |
| Beiras e Serra da Estrela (15) | Almeida; Belmonte; Celorico da Beira; Covilhã; Figueira de Castelo Rodrigo; Fornos de Algodres; Fundão; Gouveia; Guarda; Manteigas; Mêda; Pinhel; Sabugal; Seia; Trancoso | |
| CIM | Municípios de BD | Freguesias BD em municípios de AD |
| Médio Tejo (6) | Abrantes; Constância; Ferreira do Zêzere; Mação; Sardoal; Vila Nova da Barquinha | <u>Ourem</u> : Espite; U. F. Freixianda, R. Fárrio e Formigais; U. F. Matas/Cercal; U. F. Rio de Couros/Casal dos Bernardos; <u>Tomar</u> : Olalhas; Sabacheira; U. F. Além da Ribeira e Pedreira; U. F. Casais e Alviobeira; U. F. de Serra e Junceira |
| Região de Aveiro (1) | Sever do Vouga | <u>Águeda</u> : U.F. Belazaima do Chão, Castanheira de Vouga e Agadão; U. F. Préstimo e Macieira de Alcoba |
| Região de Coimbra (12) | Arganil; Góis; Lousã; Miranda do Corvo; Mortágua; Oliveira do Hospital; Pampilhosa da Serra; Penacova; Penela; Soure; Tábua; Vila Nova de Poiares | <u>Condeixa-a-Nova</u> : Furadouro |
| Região de Leiria (5) | Alvaiázere; Ansião; Castanheira de Pêra; Figueiró dos Vinhos; Pedrógão Grande | <u>Pombal</u> : Abiul <u>Porto de Mós</u> : São Bento |
| Viseu Dão Lafões (13) | Aguiar da Beira; Carregal do Sal; Castro Daire; Mangualde; Nelas; Oliveira de Frades; Penalva do Castelo; Santa Comba Dão; São Pedro do Sul; Sátão; Tondela; Vila Nova de Paiva; Vouzela | <u>Viseu</u> : Calde; Cavernães; Cota; Ribafeita; S. Pedro de France; U. F. Barreiros e Cepões |

Segundo o Relatório Anual de Progresso 2023 do Observatório do Turismo Sustentável do Centro de Portugal, verifica-se que o número de dormidas em 2023, nas CIMs com municípios de BD foi mais reduzido, como por exemplo na Beira Baixa (290 450 dormidas) e Viseu Dão Lafões (571 355 dormidas). Já nas CIMs com municípios de AD ocorreram mais dormidas, nomeadamente no Oeste

(1 606 783 dormidas) e na Região de Aveiro (928 445 dormidas). A tendência é semelhante para o indicador taxa de ocupação por cama, que foi relativamente mais reduzido nas sub-regiões com municípios de BD, como foram os casos da Beira Baixa (30.10%), Beiras e Serra da Estrela (28.40%) e de Viseu Dão Lafões (24.90%). Em contraste, a maior taxa de ocupação-por cama foi registado nas CIMs com mais municípios de AD, designadamente a Região de Aveiro (41.20%) e o Oeste (37%). Portanto, constata-se que as atividades turísticas têm sido implementadas de forma diferente entre os municípios de AD e os de BD na região Centro (Turismo Centro de Portugal, 2025).

A partir da revisão de literatura, identificou-se escassa investigação em relação ao estudo comparativo das perspetivas dos residentes de TBD e os de TAD quanto ao desenvolvimento turístico da sua localidade. Portanto, por um lado, são necessários mais estudos empíricos para descobrir os pontos de vista dos residentes das comunidades de BD, tendo em conta que estes habitam em áreas que têm exigido mais investimentos e desenvolvimentos turísticos. Por outro lado, é relevante apurar as apreciações e avaliações dos residentes de TAD, uma vez que ao viverem em áreas mais urbanas lidam mais diretamente com a crescente pressão das atividades turísticas (Stevic *et al.*, 2024). Com base no exposto, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: Na região Centro, os inquiridos dos TBD atribuem ponderações mais favoráveis aos impactos positivos do turismo do que os inquiridos dos TAD.

H2: Na região Centro, os inquiridos dos TAD são mais sensíveis e preocupados (atribuem ponderações mais elevadas) com os impactos negativos do turismo na sua região do que os inquiridos dos TBD.

H3: Na região Centro, os inquiridos dos TBD atribuem ponderações mais elevadas à aposta das entidades responsáveis em prol de um turismo mais sustentável e regenerativo comparativamente aos inquiridos dos TAD.

4. METODOLOGIA

O presente estudo visa comparar e compreender as diferenças de perspetiva entre residentes de TAD e de TBD do Centro de Portugal, em relação ao desenvolvimento turístico, tendo por base a valorização dos seus produtos endógenos. Com esta análise, pretende-se averiguar se, de facto, os inquiridos dos TBD consideram que o turismo contribui a comunidade local e se é adequado na promoção regional.

Os dados empíricos do presente estudo foram obtidos no âmbito do estudo anual “O Turismo na Perspetiva dos Residentes - Centro de Portugal 2024”, realizado pelo Observatório do Turismo Sustentável do Centro de Portugal (OTSCP). Tratou-se de um inquérito *online*, com recurso à plataforma *Google Forms* e divulgado por correio eletrónico às 972 freguesias dos 100 municípios da região e, paralelamente, promovido nas redes sociais e por via de publicações da imprensa. A recolha de dados decorreu entre os dias 12 de novembro e 11 de dezembro de 2024.

A primeira secção visava aferir, de uma maneira global, o quão benéfico ou prejudicial é para o respondente o turismo na sua região, avaliando 7 domínios (Qualidade de Vida, Património Cultural, Património Natural, Identidade Regional, Cultura Regional, Preservação do Ambiente e Economia Regional), através de uma escala de Likert de 5 pontos, sendo 1 “Muito Prejudicial” e 5 “Muito Benéfico”.

Na segunda secção, encontram-se listas de afirmações categóricas (a serem avaliadas de 1 a 5, entre “discordo totalmente” e “concordo totalmente”) que visam aferir a perceção dos residentes da região Centro em relação a diversos dos impactos do turismo, e respetivos benefícios ou contributos para o desenvolvimento regional e local. Na segunda secção, as afirmações a avaliar incidem sobre as atitudes dos residentes em relação aos benefícios percebidos e impactos positivos mais evidentes a senso comum do turismo na região (ver itens incluídos no Quadro 3). Adicionalmente, esta lista de afirmações incluía referências a eventuais impactos negativos para a região (ver itens no Quadro 3).

Na terceira secção, pretendia-se que os inquiridos indicassem o seu nível de concordância *versus* discordância em relação a 13 afirmações sobre o eventual papel do turismo no desenvolvimento turístico sustentável e regenerativo regional. As temáticas associadas às afirmações abrangiam temas

como indústrias criativas, valorização da identidade, preservação ambiental e cultural, promoção do bem-estar, rotas turísticas, certificação de produtos, entre outras (ver lista de itens no Quadro 3).

Por último, no questionário eram solicitados os dados relativos ao inquirido, designadamente género, idade, estado civil, nível de escolaridade, concelho e freguesia de residência, bem como se dispõe de uma segunda habitação. Adicionalmente, solicitou-se a indicação da relação da atividade profissional do inquirido com o setor turístico, isto é, se há uma relação nula, parcial ou plena.

Os resultados do inquérito foram submetidos a uma análise quantitativa, com o auxílio do *Software IBM SPSS Statistics*. As 34 escalas de Likert foram transformadas em 5 fatores, através da análise fatorial em componentes principais. Em seguida, procedeu-se à análise de diferenças de média desses 5 fatores em função de duas variáveis: dependência profissional dos inquiridos ao turismo e residência dos inquiridos em TAD ou TBD. Nos testes de hipóteses considerou-se um nível de confiança igual ou superior de 95% na refutação da hipótese nula (sig. \leq a 0.05 ou 5%).

4.1. Caracterização sociodemográfica da amostra

Das 435 respostas registadas, foram consideradas válidas 418, dado que 17 eram provenientes de residentes que não residem na região Centro. Os inquiridos das comunidades intermunicipais de Coimbra, Leiria e Oeste (isto é três da 4 sub-regiões costeiras de AD) foram os que mais contribuíram, representando cerca de 51.2% das respostas ao questionário. Em contraste, observou-se menor adesão por parte dos residentes das regiões da Beira Baixa, Viseu Dão Lafões e da Região de Aveiro, registando-se apenas 112 respostas.

Através da indicação do concelho e da freguesia, foi possível verificar que foram fornecidas 174 (42%) respostas por parte de inquiridos de TBD e 244 (58%) de TAD, sendo que a maioria dos municípios da região Centro com BD encontram-se nas sub-regiões da Beira Baixa, Beiras e da Serra da Estrela e de Viseu Dão Lafões.

No Quadro 2, observa-se uma distribuição equilibrada entre os respondentes do sexo feminino e do sexo masculino. Quanto aos níveis de habilitações, há uma predominância de inquiridos com o Secundário e a Licenciatura. A distribuição etária dos inquiridos encontra-se maioritariamente entre os 41 e os 60 anos e, com uma participação mais escassa de respondentes com idades entre os 19 e os 30 anos. Em relação ao estado civil, contacta-se que cerca de 64.4% dos inquiridos são casados ou em união de facto e solteiros são 24.4%. A dependência ao turismo é sobretudo nula (62.4%), demonstrando assim que a maior parte dos inquiridos tem um emprego sem relação com o turismo. Apenas 10.8% afirmou que a sua atividade profissional depende diretamente do turismo. Relativamente, à propriedade de uma segunda habitação, mais de 80% respondeu negativamente, sendo que apenas 76 respondentes são proprietários de 2ª habitação.

Considerando a especificidade do método de recolha de dados, a amostra, apesar de muito diversificada, não pode ser considerada como representativa da população residente na região Centro, sendo uma amostra de conveniência. O estudo foi sujeito à delimitação geográfica (Centro de Portugal) e foi de participação voluntária, ou seja, não houve controlo sobre quem respondeu ao inquérito, uma vez que apenas participaram aqueles que estavam disponíveis e com interesse no tema. A opção por esta metodologia é justificada pelo contexto e pelas limitações de recursos, tempo e contacto direto com a população-alvo.

Quadro 2: Caraterização sociodemográfica da amostra (N = 418)

| Género: | N | % | Escolaridade: | N | % |
|------------------------|----------|----------|--------------------------------|----------|----------|
| Masculino | 198 | 47,4 | Básico | 16 | 3,8 |
| Feminino | 218 | 52,1 | Secundário | 140 | 33,5 |
| Não Binário | 2 | 00,5 | Licenciatura | 162 | 38,8 |
| Escalão etário: | N | % | Mestrado | 77 | 18,4 |
| 19 a 30 anos | 32 | 7,7 | Doutoramento | 23 | 5,5 |
| 31 a 40 anos | 75 | 17,9 | Possui 2ª habitação? | N | % |
| 41 a 50 anos | 134 | 32,1 | Não | 342 | 81,8 |
| 51 a 60 anos | 102 | 24,4 | Sim | 76 | 18,2 |
| Mais de 60 anos | 75 | 17,9 | Dependência ao turismo: | N | % |
| Estado civil: | N | % | Nula | 261 | 62,4 |
| Solteiro(a) | 102 | 24,4 | Parcial | 112 | 26,8 |
| Casado / U. de facto | 269 | 64,4 | Plena | 45 | 10,8 |
| Viúvo(a) | 8 | 1,9 | Território onde reside | N | % |
| Divorciado(a) | 39 | 9,3 | Alta densidade | 244 | 58,4 |
| | | | Baixa densidade | 174 | 41,6 |

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Análise Fatorial em componentes principais

Através da aplicação da Análise Fatorial em Componentes Principais, foram obtidos cinco fatores que apresentam nível elevado de confiabilidade (valores de Alpha de Cronbach entre 0.87 e 0.96) (Quadro 3). O modelo fatorial obtido explica 72.2% da variância total. O Teste de Kaiser-Meyer-Olkin (0.96) e o teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0.001$) garantem que os dados deste estudo são adequados à análise fatorial.

Quadro 3: Análise fatorial em componentes principais (AFCP)

| Fatores | Peso | Média |
|--|--------------|-------------|
| Fator 1: Aposta no turismo sustentável e regenerativo (variância explicada: 50,90%; $\alpha = 0,96$) "Na minha região, o Turismo..." | 17,31 | 2,94 |
| ... promove rotas turísticas" | 0,77 | 3,19 |
| ... promove as indústrias criativas | 0,64 | 3,17 |
| ... valoriza práticas culturais (identidade local) | 0,73 | 3,14 |
| ... aposta na autenticidade | 0,65 | 3,07 |
| ... promove o bem-estar dos turistas | 0,74 | 3,06 |
| ... promove a Inovação e diversificação de Produtos | 0,81 | 3,05 |
| ... promove a certificação de produtos de origem regional | 0,76 | 2,98 |
| ... aposta na preservação garantir a sustentabilidade | 0,55 | 2,90 |
| ... consciencializa para a preservação ambiental e cultural | 0,72 | 2,86 |
| ... promove a resiliência económica | 0,69 | 2,76 |
| ... promove a exploração responsável dos recursos | 0,64 | 2,75 |
| ... aposta na redução de desequilíbrios regionais | 0,64 | 2,66 |
| ... Envolve a comunidade local no planeamento | 0,56 | 2,41 |
| "Sinto-me satisfeito(a) com o turismo na região" | 0,48 | 3,20 |
| Fator 2: Impactos positivos globais do Turismo (variância explicada: 10,43%; $\alpha = 0,95$) "Na minha região o turismo tem impactos positivos..." | 3,55 | 3,56 |
| ... no património cultural" | 0,75 | 3,84 |
| ... na cultura regional" | 0,81 | 3,73 |
| ... identidade regional" | 0,80 | 3,65 |
| ... no património natural" | 0,77 | 3,47 |
| ... na qualidade de vida" | 0,70 | 3,47 |
| ...na preservação do ambiente" | 0,71 | 3,21 |
| Fator 3: Benefícios percebidos do turismo (variância explicada: 5,95%; $\alpha = 0,92$) "Na minha região o turismo..." | 2,02 | 3,74 |
| ... é benéfico para a economia" | 0,56 | 4,10 |
| ... contribui para a melhoria da economia local" | 0,75 | 3,86 |
| ... cria oportunidades de emprego" | 0,79 | 3,81 |
| ... é benéfico para a comunidade local" | 0,59 | 3,81 |
| ... diversifica as opções de lazer e experiências culturais" | 0,52 | 3,49 |
| ... é benéfico para mim" | 0,54 | 3,13 |
| Fator 4: Impactos negativos mais evidentes ao senso comum (variância: 3,52%; $\alpha = 0,90$) "Na minha região o turismo aumenta ..." | 1,20 | 3,07 |
| ... o custo de vida" | 0,79 | 3,62 |
| ... os desperdícios e resíduos" | 0,84 | 3,28 |
| ... a superlotação dos espaços locais" | 0,88 | 3,06 |
| ... a poluição visual e sonora" | 0,88 | 2,97 |
| ... o sentimento de insegurança e vandalismo" | 0,77 | 2,45 |
| Fator 5: Impactos positivos mais evidentes ao senso comum (variância: 3,05%; $\alpha = 0,87$) "Na minha região o turismo contribui para a..." | 1,04 | 3,08 |
| ... requalificação de edifícios e para o planeamento urbano" | 0,50 | 3,25 |
| ... preservação e conservação de espaços naturais" | 0,60 | 3,11 |
| ... melhoria das infraestruturas (água, saneamento, elet., transp., comunicações) | 0,59 | 2,89 |

5.2. Influência do perfil sociodemográfico na avaliação dos impactos e benefícios do turismo na região Centro

O perfil sociodemográfico foi delineado a partir de seis variáveis: Género, Idade, Estado Civil, Escolaridade, Dependência Profissional ao Turismo e Local de Residência (Sub-região). No presente estudo não foram estabelecidas hipóteses sobre o efeito das variáveis sociodemográficas na avaliação dos impactos percebidos do turismo. No entanto, um estudo recente, sobre a satisfação dos residentes e impactos percebidos do turismo na região Centro (Dias *et al.*, 2024), revelou que a

variável “dependência profissional ao turismo” influencia as percepções e atitudes dos residentes: aqueles que exercem cargos profissionais ligados à atividade turística avaliam mais positivamente os impactos do turismo, do que os inquiridos que não dependem profissionalmente do turismo, como decorre da teoria das trocas sociais (Andereck *et al.*, 2005). Ora, no presente estudo, esta hipótese é também corroborada: os inquiridos cujas profissões estão diretamente ligadas ao turismo atribuem ponderações mais positivas aos fatores “Aposta no turismo sustentável e regenerativo”, “Impactos positivos globais do turismo” e “Benefícios percebidos do turismo” do que os inquiridos cujas profissões não dependem do turismo (ver Quadro 4).

Quadro 4: Efeitos da variável “dependência profissional ao turismo”

| Fatores | Média global | Dependência profissional ao turismo | | | Significância | |
|--|--------------|-------------------------------------|-----------------|--------------|---------------|-------|
| | | Nula (n=261) | Parcial (n=112) | Total (n=45) | F | Sig. |
| Aposta no Turismo sustentável e regenerativo | 2,96 | 2,83 | 3,16 | 3,23 | 7,58 | 0,001 |
| Impactos positivos globais do turismo | 3,60 | 3,47 | 3,77 | 3,85 | 5,12 | 0,006 |
| Benefícios percebidos do turismo | 3,76 | 3,57 | 4,06 | 4,18 | 15,63 | 0,001 |
| Impactos negativos mais evidentes ao senso comum | 3,05 | 3,08 | 3,03 | 2,98 | 0,21 | 0,809 |
| Impactos positivos mais evidentes ao senso comum | 3,02 | 3,05 | 2,99 | 2,92 | 0,31 | 0,734 |

Verificou-se que as variáveis “género”, “idade” e “estado civil” não têm quaisquer efeitos significativos na avaliação dos cinco fatores que integram o presente estudo. Contudo a variável “escolaridade” teve influência na avaliação de três dos cinco fatores: “Aposta no turismo Sustentável e regenerativo”, “Impactos positivos globais do Turismo” e “Benefícios percebidos do turismo”. Os inquiridos com menores níveis de escolaridade (básico e secundário) avaliam os impactos do turismo de modo mais positivo do que os inquiridos com mestrado e doutoramento.

5.3. Avaliação comparativa da percepção dos impactos do turismo pelos residentes de territórios de alta e baixa densidade

Considerando a avaliação individual de cada um dos seis itens que integram a dimensão “Impactos positivos globais do Turismo” (ver Quadro 5), constata-se que as médias de avaliação dos inquiridos são positivas em todas as seis sub-dimensões, com valores sempre acima de 3 (ponto médio das escalas que variam entre 1 = “Muito Prejudicial” e 5 “Muito Benéfico”). A sub-dimensão que apresenta melhor performance é a do “património cultural”. Curiosamente, é apenas nesta sub-dimensão que o local de residência não tem efeitos significativos na avaliação dos inquiridos (3.81 para “alta densidade” *versus* 3.96 para “baixa densidade”; $t=1.48$; $p=0.140$). Nas restantes cinco sub-dimensões (cultura regional, identidade regional, património natural, qualidade de vida e preservação do ambiente) os inquiridos de TBD avaliam mais positivamente o turismo, em conformidade com a Hipótese 1 deste estudo.

Quadro 5: Efeitos da variável “densidade populacional” na avaliação do construto “Impactos positivos globais do turismo”

| Escalas “Na minha região, o Turismo tem impactos positivos...” | Alta Densidade (n = 244) | | Baixa Densidade (n = 174) | | Significância | |
|---|--------------------------|-------------|---------------------------|-------------|---------------|--------------|
| | Média | D.P | Média | D.P | t | p |
| ...no património cultural” | 3,81 | 1,01 | 3,96 | 1,01 | 1,48 | 0,140 |
| ...na cultura regional” | 3,65 | 1,13 | 3,93 | 1,01 | 2,59 | 0,010 |
| ... na identidade regional” | 3,56 | 1,19 | 3,86 | 1,04 | 2,72 | 0,007 |
| ...no património natural” | 3,33 | 1,20 | 3,74 | 1,17 | 3,42 | 0,001 |
| ...na qualidade de vida” | 3,36 | 1,13 | 3,70 | 1,09 | 3,08 | 0,002 |
| ...na preservação do ambiente” | 3,03 | 1,18 | 3,54 | 1,17 | 4,38 | 0,001 |
| Impactos positivos globais do Turismo | 3,46 | 0,99 | 3,79 | 0,99 | 6,85 | 0,001 |

Em relação à avaliação da dimensão “Benefícios percebidos no Turismo”, não se observa qualquer efeito da variável “densidade populacional” (Quadro 6). Em cinco das seis sub-dimensões consideradas, não se observam diferenças de média estatisticamente significativas entre as duas amostras de inquiridos. A exceção diz respeito à sub-dimensão “Na minha região, o Turismo é benéfico para mim”, cuja média das avaliações dos inquiridos de TBD é significativamente superior (respetivamente, 3.36 versus 3.02, $t = 2.54$; $p = 0.012$).

É interessante constatar que as duas sub-dimensões com melhor performance são os benefícios da área económica: “impactos positivos na economia” e “contributo para a melhoria da economia local”. Em contraste, é a sub-dimensão “... o Turismo é benéfico para mim”, a que apresenta níveis menos favoráveis de concordância dos inquiridos. Neste mesmo ranking, as sub-dimensões dos domínios socioeconómico (“oportunidades de emprego) e sociocultural (“benefício para a comunidade local” e “diversificação das opções de lazer e culturais”) ocupam posições intermédias. Ou seja, para os inquiridos de ambos os territórios, o turismo tem elevada performance na área económica, performance moderada na área sociocultural, e performance relativamente baixa no domínio pessoal, especialmente, neste último caso, na perspetiva dos inquiridos de TAD, onde o turismo está mais desenvolvido.

Quadro 6: Efeitos da variável “densidade populacional” na avaliação do construto “Benefícios percebidos do turismo”

| Escalas <i>"Na minha região, o Turismo..."</i> | Alta Densidade (n = 244) | | Baixa Densidade (n = 174) | | Significância | |
|---|-----------------------------|------|------------------------------|------|---------------|-------|
| | Média | D.P | Média | D.P | t | p |
| <i>... é benéfico para a economia"</i> | 4,14 | 0,90 | 4,07 | 1,03 | 0,70 | 0,485 |
| <i>... contribui para a melhoria da economia local"</i> | 3,90 | 1,11 | 3,86 | 1,26 | 0,39 | 0,697 |
| <i>... cria oportunidades de emprego"</i> | 3,91 | 1,10 | 3,72 | 1,28 | 1,62 | 0,105 |
| <i>... é benéfico para a comunidade local"</i> | 3,78 | 1,15 | 3,91 | 1,23 | 1,11 | 0,265 |
| <i>... diversifica as opções de lazer e experiências culturais"</i> | 3,45 | 1,18 | 3,60 | 1,23 | 1,24 | 0,214 |
| <i>... é benéfico para mim"</i> | 3,02 | 1,37 | 3,36 | 1,33 | 2,54 | 0,012 |
| Benefícios percebidos do turismo | 3,75 | 0,94 | 3,78 | 1,09 | 0,34 | 0,733 |

Relativamente à dimensão “Impactos negativos mais evidentes ao senso comum” (Quadro 7), constata-se que os inquiridos de TBD revelam níveis de apreensão (avaliações médias) mais baixos do que os de TAD, em 4 das 5 sub-dimensões deste construto. Comparando as cinco sub-dimensões, apenas a do “aumento do custo de vida” obteve um nível de apreensão superior ao ponto médio da escala na sub-amostra de BD. Ou seja, de maior concordância de que o turismo impulsiona o aumento do custo de vida. No entanto, a sub-amostra de AD atribui a esta mesma sub-dimensão uma avaliação média comparativamente muito superior (3.95 versus 3.13; $t = 7.23$, $p < 0.001$). De resto, aos olhos dos inquiridos dos TAD (comparativamente aos inquiridos dos TBD), todas as cinco sub-dimensões de avaliação dos impactos negativos do turismo assumem maior preocupação, o que era expectável à luz da Hipótese 2, pois trata-se de territórios onde o turismo assume níveis de intensidade mais elevados. Como são frequentemente territórios onde o turismo assume maior amplitude, onde se sentem impactos de “sobrecarga, deterioração, congestionamento e perda de qualidade de vida para os residentes”, é expectável existir maior descontentamento por parte das comunidades de TAD que estão a lidar no seu quotidiano com as atividades turísticas (Moleiro, Carneiro & Breda, 2021, p.926).

Quadro 7: Efeitos da variável “densidade populacional” na avaliação do construto “Impactos negativos mais evidentes ao senso comum”

| Escalas <i>"Na minha região, o Turismo aumenta..."</i> | Alta Densidade (n = 244) | | Baixa Densidade (n = 174) | | Significância | |
|---|-----------------------------|------|------------------------------|------|---------------|-------|
| | Média | D.P | Média | D.P | t | p |
| <i>... o custo de vida"</i> | 3,95 | 1,13 | 3,13 | 1,16 | 7,23 | 0,000 |
| <i>... os desperdícios e resíduos"</i> | 3,56 | 1,21 | 2,84 | 1,19 | 5,98 | 0,000 |
| <i>... a superlotação dos espaços locais"</i> | 3,39 | 1,35 | 2,54 | 1,20 | 6,60 | 0,000 |
| <i>... a poluição visual e sonora"</i> | 3,26 | 1,30 | 2,49 | 1,17 | 6,29 | 0,000 |
| <i>... o sentimento de insegurança e vandalismo"</i> | 2,55 | 1,28 | 2,24 | 1,11 | 2,59 | 0,010 |
| Impactos negativos mais evidentes ao senso comum | 3,34 | 1,06 | 2,65 | 0,96 | 6,85 | 0,000 |

Quando à dimensão “Impactos positivos mais evidentes ao senso comum” (Quadro 8), os inquiridos das duas sub-amostras manifestam um nível de concordância similar em relação à sub-dimensão “contributo do turismo para a requalificação de edifícios e para o planeamento urbano”. Em contrapartida, as duas sub-amostras diferem na avaliação das sub-dimensões dos impactos positivos “para a preservação e conservação dos espaços naturais” e na “melhoria das infraestruturas”, com avaliações francamente mais positivas por parte dos inquiridos de TBD. Em resultado, a avaliação média nesta dimensão é também superior na sub-amostra de BD, como era expectável nos termos da Hipótese 1.

Quadro 8: Efeitos da variável “densidade populacional” na avaliação do construto “Impactos positivos mais evidentes ao senso comum”

| Escala <i>"Na minha região, o Turismo..."</i> | Alta Densidade (n = 244) | | Baixa Densidade (n = 174) | | Significância | |
|--|-----------------------------|------|------------------------------|------|---------------|-------|
| | Média | D.P | Média | D.P | t | p |
| <i>... contribui para a requalificação de edifícios e para o planeamento urbano"</i> | 3,26 | 1,23 | 3,28 | 1,31 | 0,11 | 0,914 |
| <i>... contribui para a preservação e conservação de espaços naturais"</i> | 2,95 | 1,22 | 3,39 | 1,24 | 3,61 | 0,001 |
| <i>... contribui para a melhoria das infraestruturas"</i> | 2,74 | 1,24 | 3,12 | 1,29 | 3,03 | 0,003 |
| Impactos positivos mais evidentes ao senso comum | 2,99 | 1,06 | 3,26 | 1,19 | 2,51 | 0,012 |

Como se evidencia no Quadro 9, em nenhuma das 14 sub-dimensões do construto “aposta no turismo sustentável e regenerativo” se observam avaliações mais favoráveis por parte da sub-amostra de AD. Ao invés, em 8 das 14 sub-dimensões, os inquiridos da sub-amostra de BD atribuem ponderações mais elevadas.

O conjunto das 8 sub-dimensões com melhor ponderação nos TBD ($p < 0.05$) permite esboçar um quadro interpretativo das expectativas dos residentes desses territórios quanto aos benefícios do turismo em matéria de desenvolvimento local e regional. Assim, à luz dos dados patentes no Quadro 9, pode-se afirmar que nos territórios que mais apostam no turismo para o seu desenvolvimento também lhe reconhecem maiores benefícios nos seguintes domínios (por ordem de importância de médias: (1) desenvolvimento de rotas turísticas; (2) autenticidade; (3) exploração responsável dos recursos; (4) preservação ambiental e cultural; (5) sustentabilidade; (6) resiliência económica; (7) redução de desequilíbrios regionais; (8) planeamento participativo. Estes dados corroboram a Hipótese 3. Assim constata-se que os residentes de destinos localizados em TBD vão ao encontro da perspectiva de que o turismo é determinante e favorece na revitalização do património e na preservação dos costumes locais, surgindo assim como uma oportunidade de carácter social e cultural (Moleiro, Carneiro & Breda, 2021).

Quadro 9: Efeitos da variável “densidade populacional” na avaliação do construto “Aposta no turismo sustentável e regenerativo”

| Escala <i>"Na minha região, o Turismo..."</i> | Densidade populacional | | Significância | |
|---|------------------------|-------|---------------|--------|
| | Alta | Baixa | t | p |
| | Média | Média | | |
| <i>... promove rotas turísticas"</i> | 3,08 | 3,37 | 2,72 | 0,007 |
| <i>... promove as indústrias criativas"</i> | 3,16 | 3,21 | 0,47 | 0,638 |
| <i>... valoriza práticas culturais (identidade local)"</i> | 3,11 | 3,22 | 0,96 | 0,337 |
| <i>... aposta na autenticidade"</i> | 2,98 | 3,25 | 2,40 | 0,017 |
| <i>... promove o bem-estar dos turistas"</i> | 3,01 | 3,18 | 1,53 | 0,127 |
| <i>... promove a Inovação e diversificação de Produtos"</i> | 3,01 | 3,11 | 0,85 | 0,398 |
| <i>... promove a certificação de produtos de origem regional"</i> | 2,97 | 3,07 | 0,92 | 0,358 |
| <i>... aposta na preservação garantir a sustentabilidade"</i> | 2,63 | 2,98 | 3,00 | 0,002 |
| <i>... consciencializa para a preservação ambiental e cultural"</i> | 2,77 | 3,02 | 2,23 | 0,026 |
| <i>... promove a resiliência económica"</i> | 2,66 | 2,93 | 2,44 | 0,015 |
| <i>... promove a exploração responsável dos recursos"</i> | 2,76 | 3,13 | 3,00 | 0,003 |
| <i>... aposta na redução de desequilíbrios regionais"</i> | 2,50 | 2,92 | 3,60 | <0,001 |
| <i>... Envolve a comunidade local no planeamento"</i> | 2,31 | 2,59 | 2,61 | 0,009 |
| <i>"Sinto-me satisfeito(a) com o turismo na região"</i> | 3,25 | 3,21 | 0,41 | 0,682 |
| Aposta no turismo sustentável e regenerativo | 2,87 | 3,09 | 2,38 | 0,018 |

6. CONCLUSÃO

Este estudo analisou as perspetivas dos residentes do Centro de Portugal em relação ao turismo, mais concretamente verificou a posição dos residentes dos municípios de alta e baixa densidade quanto aos benefícios, impactos e contributos do turismo. Ao analisar os dados obtidos constatou-se uma diferença de opiniões entre os inquiridos de TBD e os de TAD. Quem pertence aos TBD evidencia uma posição positiva em relação aos impactos do turismo sobre o seu quotidiano. Os mesmos defendem que o turismo incide positivamente sobre a cultura, a identidade, o património natural, na qualidade de vida e preservação do ambiente. A perspetiva destes residentes de localidades de BD é de que o “O Turismo é benéfico para mim”. Esta perspetiva é crucial, pois são os principais stakeholders que diretamente são afetados na vida quotidiana pelas atividades turísticas (Kovačić *et al.*, 2024).

É no destino que os residentes interagem enquanto comunidade, que usufruem dos recursos naturais, dos serviços e das ofertas culturais para o seu bem-estar (Kovačić *et al.*, 2024). Desta forma, é importante entender que quem reside nos territórios menos povoados e com reduzido número de serviços, concordou que o turismo contribui eficazmente para a melhoria das infraestruturas locais e para a conservação dos espaços naturais.

Nas afirmações relacionadas com o Turismo Regenerativo e Sustentável, os inquiridos de TBD destacaram as dimensões das Rotas Turísticas, da Autenticidade, da Sustentabilidade, da Preservação Ambiental e Cultural, da Persistência Económica, da Exploração Responsável, da Redução de Desequilíbrios Regionais e do Planeamento. Assim, constata-se que defendem o papel do turismo como indústria que: aposta na valorização dos recursos endógenos através das rotas turísticas; aposta na autenticidade, através de experiências focadas na cultura, tradições e estilo de vida local; foco na preservação dos recursos naturais e culturais, garantindo a sua sustentabilidade; conscientiza sobre a importância da preservação ambiental/cultural; revela capacidade para se adaptar a crises e diversificar as fontes de rendimento da comunidade; promove o uso responsável dos recursos, educando os visitantes sobre a conservação ambiental; contribui para reduzir desequilíbrios regionais em favor das áreas rurais, menos desenvolvidas; envolve a comunidade local diretamente no planeamento.

Quem reside em TAD deu respostas mais expressivas nos itens relacionados com os impactos negativos do turismo. Observa-se que quem vive em grandes meios urbanos tem uma perspetiva menos favorável das atividades turísticas. Estes residentes evidenciaram que o turismo tem aumentado o custo de vida, os desperdícios e os resíduos, a superlotação dos espaços locais, a poluição sonora e o sentimento de insegurança.

É através do turismo e da participação dos agentes locais que as regiões de BD têm mais oportunidades de aumentar a sua economia (Reis *et al.*, 2024). Os residentes são stakeholders “inerente e profundamente empenhados”, por isso as suas perspetivas têm de ser tomadas em consideração (Kovačić *et al.*, 2024, p.2). O papel dos residentes é crucial para a competitividade do destino, embora ignorado e por vezes subestimado por intervenientes da área. No entanto, torna-se claro que estes têm potencial para impulsionar a atratividade do destino e impacto sobre “a atmosfera do destino” (Kovačić *et al.*, 2024, p.3-4). Os turistas, enquanto consumidores finais dos produtos turísticos, avaliam as experiências vividas, especialmente as mais memoráveis e autênticas, proporcionadas pelas interações sociais com a comunidade local.

O presente estudo empírico tem como limitação o facto de usar uma amostra de conveniência e, além disso, apenas compara de forma muito global e generalizada as diferenças de perceção dos residentes de TBD e TAD da região Centro, sem atender às diferenças específicas em termos de modos de vida e de condições de desenvolvimento turístico de cada comunidade. Ou seja, os respondentes são categorizados em duas categorias gerais, utilizando um elemento diferenciador do território – a “densidade populacional” – como fator explicativo das diferenças de atitudes dos residentes em relação ao desenvolvimento turístico. Não obstante as referidas diferenças de perceção e atitude dos residentes face ao turismo estarem plausivelmente ancoradas na variável demográfica, o presente estudo não explorou outros fatores que, necessariamente, interferem na mundividência dos inquiridos.

Assim, como recomendações para estudos posteriores neste domínio, sugere-se a inventariação de outros fatores que, de acordo com a literatura, podem influenciar as atitudes dos residentes, designadamente: o conceito de vinculação ao lugar (*community attachment theory*), o pendor

ecocêntrico *versus* antropocêntrico dos residentes (escala NEP-New Ecological Paradigm), bem como o conjunto de fatores que determinam os benefícios percebidos do turismo e que são preconizados pela teoria das trocas sociais (*social exchange theory*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Accessible Portugal (2024). *AccessTUR*. Consultado em 10 de outubro de 2025, de <https://accessibleportugal.com/projetos/accesstur/>
- Andereck, K. L., Valentine, K. M., Knopf, R. C., & Vogt, C. A. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 1056–1076. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2005.03.001>
- Ascani, A., Crescenzi, R., & Iammarino, S. (2012). *Regional Economic Development: A Review*. Universidad de Barcelona. <http://www.ub.edu/searchproject/wp-content/uploads/2012/02/WP-1.3.pdf>
- Baptista, A., Tibério, L., & Fonseca, C. (2008, outubro 23-25). *Estratégias de valorização dos produtos tradicionais: o caso da região do Baixo Tâmega*. [Paper presentation]. VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais - Cultura, Inovação e Território, Coimbra. https://sper.pt/oldsite/actas7cier/PFD/Tema%20IV/4_1.pdf
- Barroco, C., & Amaro, S. (2023). As rotas gastronômicas em Portugal: oportunidades e desafios futuros. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 40, 57–66. <https://doi.org/10.34624/rtd.v40i0.31423>
- Barroco, C., & Augusto, L. (2016). Turismo Gastronômico em Portugal: formas de comunicar os produtos endógenos da região Dão Lafões e Alto Paiva. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 6(2), 23–39. <http://hdl.handle.net/10400.19/4141>
- Bellato, L., Frantzeskaki, N., & Nygaard, C. A. (2023). Regenerative tourism: a conceptual framework leveraging theory and practice. *Tourism Geographies*, 25(4), 1026–1046. <https://doi.org/10.1080/14616688.2022.2044376>
- Benaraba, C. M. D., Bulaon, N. J. B., Escosio, S. M. D., Narvaez, A. H. G., Suinan, A. N. A., & Roma, M. N. (2022). A Comparative Analysis on the Career Perceptions of Tourism Management Students Before and During the COVID-19 Pandemic. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education*, 30, 100361. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jhlste.2021.100361>
- Benur, A. M., & Bramwell, B. (2015). Tourism product development and product diversification in destinations. *Tourism Management*, 50, 213–224. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2015.02.005>
- Cabo, P., Fernandes, A., & Ribeiro, M. I. (2020). VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS ENDOGENOS EM TERRITÓRIOS RURAIS DE BAIXA DENSIDADE: Produção qualificada de caprinos na Região Interior Norte de Portugal. [Paper presentation]. *A Agricultura e Os Desafios Societais Para o Período 20-30 – Atas Do IX Congresso Da APDEA/ESADR 2019*, (pp. 329–343).
- Capello, R., & Nijkamp, P. (2009). *Handbook of Regional Growth and Development Theories*. Edward Elgar Publishing.
- Carneiro, M. J., & Eusébio, C. (2015). Host-tourist interaction and impact of tourism on residents' Quality of Life. *Tourism & Management Studies*, 11(1), 25-34. <https://doi.org/10.18089/>
- Carvalho, N. M. dos S. (2020). TURISMO E RECURSOS ENDÓGENOS COMO CATALIZADORES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DENSIDADE POPULACIONAL. In A. C. de Oliveira (Ed.), *Turismo, Sociedade e Ambiente* (pp. 23–29). Atena Editora. <https://doi.org/https://doi.org/10.22533/at.ed.5532004123>
- Cordeiro, I., & Körössy, N. (2018). Quando as políticas públicas de turismo sustentável ignoram a dimensão social: reflexões a partir do estudo de caso de Fernando de Noronha (PE). *Caderno Virtual de Turismo*, 18(3). <https://doi.org/https://doi.org/10.18472/cvt.18n3.2018.1555>
- Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030. (2023). *Deliberação n°31/2023/PL, Classificação de Municípios e Freguesias de baixa densidade para efeitos de aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios*. Consultado em 20 de março de 2025, de https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/3/2023/09/31_2023_PL_BaixaDensidade.pdf
- Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020. (2015). *Deliberação n°55/2015, Classificação de Municípios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios*. Consultado em 20 de março de 2025, de <https://poseur.portugal2020.pt/media/37804/db-cic-01-jul-5-territ%C3%B3rios-de-baixa->

densidade-1.pdf

Dias, F., Góis, S., & Gomes, G. (2024). O Turismo no Centro de Portugal: Satisfação dos Residentes, Impactos Percebidos e Envolvimento nas Decisões. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 69, 95–111. <https://doi.org/https://doi.org/10.59072/rper.vi69.599>

Duque, A. S., Barroco, C., & Martins, M. D. L. (2023). Produtos certificados na génese de rotas turísticas: Uma oportunidade para conhecer a Região Centro. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 41, 303–315. <https://doi.org/10.34624/rtd.v41i0.30039>

Duxbury, N., Bakas, F., Castro, T. V., & Silva, S. (2020). Turismo regenerativo. In Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Ed.), *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise* (p. 110). <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavras-pandemia/?lang=1&id=304039>

Duxbury, N., Bakas, F. E., Vinagre de Castro, T., & Silva, S. (2021). Creative Tourism Development Models towards Sustainable and Regenerative Tourism. *Sustainability*, 13(2), 1–17. <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.3390/su13010002>

Easterling, D. S. (2004). The residents' perspective in tourism research: A review and synthesis. *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 17(4), 45–62. https://doi.org/10.1300/J073v17n04_05

Eusébio, C., Kastenholz, E., & Breda, Z. (2014). Turismo e desenvolvimento sustentável de destinos rurais: uma visão dos stakeholders. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (36), 13-21. <https://doi.org/10.59072/rper.vi36.418>

Gonda, T., Angler, K., & Csóka, L. (2021). The Role of Local Products in Tourism. *European Countryside*, 13(1), 91–107. <https://doi.org/10.2478/euco-2021-0006>

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2003). *Densidade populacional (conceito n.º 166)*. Consultado em 14 de abril de 2025, de <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5008#Gloss%C3%A1rio>

Jiang, Y., Lyu, C., & Balaji, M. S. (2025). Progress in research on tourists with mental disorders: A critical review and the way forward. *Tourism Management*, 107, 105083. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2024.105083>

Jóia, A., & Carvalho, P. (2012). O Conceito de Produto Local, Tradicional de Qualidade e Tipicidade – PLTQT. *Gestão e Desenvolvimento*, 20, 65–90. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2012.232>

Kashimoto, E. M., Marinho, M., & Russef, I. (2002). Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. *Interações (Campo Grande)*, 3(4), 35–42. <https://doi.org/10.20435/interacoes.v3i4.575>

Khan, A., Bibi, S., Lorenzo, A., Lyu, J., & Babar, Z. U. (2020). Tourism and Development in Developing Economies: A Policy Implication Perspective. *Sustainability*, 12(4), 1–19. <https://doi.org/https://doi.org/10.3390/su12041618>

Kim, J. H. (2014). The antecedents of memorable tourism experiences: The development of a scale to measure the destination attributes associated with memorable experiences. *Tourism Management*, 44, 34–45. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.02.007>

Kovačić, S., Cimbaljević, M., Pavluković, V., & Jovanović, S. (2024). Exploring tourism competitiveness in developing economies: residents' perspective. *Discover Sustainability*, 5(1). <https://doi.org/10.1007/s43621-024-00416-x>

Lee, W., Sung, H., Suh, E., & Zhao, J. (2017). The effects of festival attendees' experiential values and satisfaction on re-visit intention to the destination: The case of a food and wine festival. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 29(3), 1005–1027. <https://doi.org/10.1108/IJCHM-10-2015-0559>

Li, P. Q., & Kovacs, J. F. (2022). Creative tourism and creative spectacles in China. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 49, 34–43. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2021.08.023>

Minnes, S., & Vodden, K. (2019). Introduction. In K. Vodden, D. Douglas, S. Markey, S. Minnes, B. Reimer (Eds.) *The Theory, Practice, and Potential of Regional Development* (pp.1–11). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351262163>

Moleiro, D. F., Carneiro, M.J., & Breda, Z. (2021). Assessment of residents' perceptions and attitudes towards the appropriation of public spaces by tourists: the case of Aveiro. *International Journal of Tourism Cities*. 7(4), 922-942. <https://doi.org/10.1108/IJTC-08-2020-0174>

Moura, A. A., Mira, M. do R., & Teixeira, A. R. (2025). The Tourist Gastronomic Experience: Ties Between Young Foodies' Motivation and Destination Development in Portugal. *Tourism and Hospitality*, 6(1), 1–22. <https://doi.org/https://doi.org/10.3390/tourhosp6010007>

- Nascimento, M. S. M., Abrantes, A. A. da C., & Costa, N. F. da. (2014). O turismo no desenvolvimento regional e o seu financiamento. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(1), 30–45. <https://revistas.rcaap.pt/thij/article/view/30137/21596>
- Observatório do Turismo Sustentável do Centro de Portugal (2025). *Observatório*. Consultado em 10 de outubro de 2025, de <https://smat.observatorio-tcp.pt/otscp/#observatorio>
- Oliveira, N. M. (2021). REVISITANDO ALGUMAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL Revising classical regional development theories. *Informe GEPEC*, 25(1), 203–219. <https://doi.org/10.48075/igepec.v25i1.25561>
- Pato, M. L., & Scherer, A. (2023). Valorização Dos Produtos Endógenos: O Caso Da Fels Natural, Portugal. In A. C. de Oliveira (Ed.), *Ciências agrárias: conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos* (pp. 25–36). Atena Editora. <https://doi.org/10.22533/at.ed.2352330104>
- Piffer, M., Alves, L. R., Ferreira de Lima, J., Cavalheiro, M. E., & Silva, M. G. (2006). Desenvolvimento regional do Oeste Paranaense a partir do capital social. [Paper Presentation]. *IV Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional -SIDR, Santa Cruz do Sul*. https://www.researchgate.net/publication/347524176_DESENVOLVIMENTO_REGIONAL_DO_OESTE_PARANAENSE_A_PARTIR_DO_CAPITAL_SOCIAL
- Pike, A., Rodrigues-Pose, A., & Tomaney, J. (2006). Introduction. In A. Pike, A. Rodríguez-Pose, J. Tomaney (Eds.), *Handbook of Local and Regional Development*. (pp.1–23). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203842393.ch4>
- Qureshi, S. (2019). Perspectives on development: why does studying information and communication technology for development (ICT4D) matter? *Information Technology for Development*, 25(3), 381–389. <https://doi.org/10.1080/02681102.2019.1658478>
- Ramos, D. (2019). Recursos Endógenos no Turismo. In P. Almeida (Coord.), *Manual de Boas Práticas e Sustentabilidade no Turismo* (pp. 27–30). AIRO. <http://hdl.handle.net/10400.8/5910>
- Reis, P., & Baltazar, M. da S. (2019). Os territórios rurais de baixa densidade como espaço de lazer e de turismo. O destino turístico Aldeias Históricas de Portugal. *Sociologia on Line*, 21, 141–166. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2019.21.6>
- Reis, P., Ramos, G., & Rodrigues, J. (2024). Tourism planning in low-density territories: the case of the municipality of Vila de Rei. *XV International Tourism Congress*, (pp.200–209). Sciendo. <https://doi.org/10.2478/9788367405287-022>
- Ribeiro, J. A. C., Vareiro, L. C., Fabeiro, C. P., & de Blas, X. P. (2005, agosto). The tourism potential of board regions - endogenous resources and destination image evaluation. {Conference Paper}, *45th Congress of the European Regional Science Association: “Land Use and Water Management in a Sustainable Network Society.”*, Amesterdão. <https://hdl.handle.net/10419/117436>
- Ritchie, J., & Crouch, G. (2003). *The Competitive Destination A Sustainable Tourism Perspective*. CABI Publishing.
- Rivera, M., Croes, R., & Lee, S. H. (2016). Tourism development and happiness: A residents’ perspective. *Journal of Destination Marketing and Management*, 5(1), 5–15. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2015.04.002>
- Rodrigues, W. S. (2021). A importância da promoção de produtos endógenos para o desenvolvimento local sustentável da CIM Região de Coimbra. In Universidade de Aveiro (Ed.), *XI Encontro de Investigadores da Qualidade* (pp. 554–572). https://publicacoes.riqual.org/wp-content/uploads/2022/02/troia_xi_554_574.pdf
- Sapkota, K. P., Palamanit, A., Techato, K., Gyawali, S., Ghimire, H. P., & Khatiwada, B. (2024). The Role of Local Community in Enhancing Sustainable Community Based Tourism. *Journal of Electrical Systems*, 20(7), 558–571. <https://doi.org/https://doi.org/10.52783/jes.3360>
- Silva, F. A., & Lopes, T. A. F. M. (2020). Application of Smart Tourism to Nature-Based Destinations. In L. Carvalho, L. Calisto, & N. Gustavo (Eds.), *Strategic Business Models to Support Demand, Supply, and Destination Management in the Tourism and Hospitality Industry* (pp. 1–20). IGI Global Scientific Publishing. <https://doi.org/https://doi.org/10.4018/978-1-5225-9936-4.ch001>
- Silva, L. (2013). Impactos do turismo em meio rural. Reflexões a partir de Portugal. In V. Silva & R. Carmo (Eds.), *Mundo Rural: Mito ou Realidade?*(pp.295–313). Annablume.https://www.researchgate.net/publication/258217639_Impactos_do_turismo_em_meio_rural_Reflexoes_a_partir_de_Portugal
- Soares, I., & Dias, F. (2024). O Potencial de Regeneração do Património Olivícola em Portugal com Suporte no Turismo Criativo. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 68, 29–46.

<https://doi.org/https://doi.org/10.59072/rper.vi68.603>

Stevic, I., Rodrigues, V., Breda, Z., Veríssimo, M., Silva, A. M. F. & Costa, C. M. M. (2024). Residents' perception of negative tourism impacts and mitigation strategies: the case of Porto. *International Journal of Tourism Cities*, 10 (4), 1488-1506. <https://doi.org/10.1108/IJTC-11-2022-0254>

Turismo Centro de Portugal. (2025). *Annual Progress Report 2023*. Plataforma interna do Observatório do Turismo Sustentável do Centro de Portugal.

Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia de Turismo 2027*. Consultado em 8 de março de 2025, de <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>

Vareiro, L. C., & Ribeiro, J. C. (2007). Sustainable use of endogenous touristic resources of rural areas: two portuguese case studies. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 5(2), 193–208. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2007.05.015>

Willis, K. (2011). *Theories and Practices of Development: Second Edition*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203844182>

Zhang, D., Wang, Q., & Yang, Y. (2023). Cure-all or curse? A meta-regression on the effect of tourism development on poverty alleviation. *Tourism Management*, 94, 104650. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2022.104650>

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi financiado pelo Projeto FAST, Agenda ATT | PRR.